Coordenação Nacional de Lutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Segunda-feira, 05 de outubro de 2009 - Número 360 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Todos à paralisação nesta quarta, dia 7

Serão 2 horas de paralisação em defesa do reajuste salarial sem redução de direitos

No dia 7 haverá paralisação por todo o país. Em São Paulo, conforme foi aprovado nas assembleias setoriais realizadas no dia 23 e na assembleia geral deste sábado, 3, os servidores vão parar por duas horas em defesa de um reajuste que valorize o vencimento básico e não as gratificações, entre outras reivindicações.

É muito importante a participação de todos no dia 7, pois é nesta data que os presidentes dos tribunais superiores debaterão a proposta de reajuste dos servidores, que deverá ser enviada ao Congresso Nacional.

Por isso, a mobilização da categoria será determinante. Somente com luta e unidade, conseguiremos melhorar a proposta do STF e fazer com que o projeto seja realmente enviado ao Congresso Nacional.



1996, primeira greve nacional do Judiciário Federal conquistou o PCS-1

Participe!

TRF/JF – *Paralisação das 13h às 15h. Concentração em frente ao Fórum Pedro Lessa*

TRT/JT – *Paralisação das 13h às 15h. Concentração na porta do Fórum Ruy Barbosa da Barra Funda*

TRE – *Paralisação das 13h às 15h. Concentração na sede da R. Miquelina*

Fórum das Execuções Fiscais – *Paralisação das 13h às 15h. Concentração em frente ao fórum*

SANTOS – *Paralisação das 11h às 13h. Concentração em frente à JT e JF*



Chico Alves

2002, em mais uma greve nacional vitoriosa, servidores conquistaram a revisão do PCS



Jesus Carlos

2006, depois de 60 dias de greve, novamente a categoria venceu e conquistou o PCS-3, cuja última parcela terminou em dezembro do ano passado

Campanha Salarial

Sindicatos do Luta Fenajufe apresentam reivindicações aos tribunais superiores

Em Brasília, sindicalistas tiveram audiência com os presidentes e diretores-gerais

Na última semana representantes de sindicatos ligados ao movimento Luta Fenajufe estiveram em Brasília para levar as reivindicações da categoria para o projeto de revisão salarial. Em audiências nos tribunais superiores, os sindicalistas defenderam o aumento nos valores do Vencimento Básico.

Os representantes se posicionaram contra a criação de mais uma gratificação, a GPT. "Queremos que o aumento proposto à GPT, seja dado ao Vencimento Básico", afirmou o diretor da Fenajufe e do Sintrajud, Claúdio Klein.

Os representantes dos sindicatos também ressaltaram que a proposta de Revisão Salarial exclui os Agentes de Segurança, uma vez que não permite a acumulação da GAS e GPT, o que criará uma diferenciação salarial dentro da categoria. Um outro aspecto levantado diz respeito à aposentadoria, que estará sob o risco de quebra de paridade. Por fim, a comissão também reivindicou a supressão do artigo 6º do Plano de Revisão Salarial, pois ele cria a remuneração por produtividade.

A comitiva foi formada pelos diretores da Fenajufe e do Sintrajud, Cláudio Kleine e Antonio Melquíades, o Melqui e pelos diretores da federação, Paulo Falcão, de Alagoas; Saulo Arcangeli, do Maranhão e Lúcia Bernardes, além dos diretores do Sindicato de Minas Gerais Mario Alves, Fernando Neves e Sebastião Silva.



Valcir Araujo

Em audiência com o presidente do TST, Milton de Moura França

Eles entregaram aos presidentes dos tribunais superiores, diretores-gerais e secretários-gerais um documento contendo as reivindicações e estudos do Departamento Econômico do Sintrajud, mostrando que é possível o mesmo índice de reajuste proposto pelo STF incidir no vencimento básico.

O documento entregue em Brasília foi assinado pelos seguintes sindicatos: Sintrajud; Sitraemg; Sindjus/AL; Sintrajufe/MA; Sindjufe/MS; Sintrajufe/PI; Sindjufe/MT; Sinjutra/PR.

Representantes defendem reajuste e manutenção dos direitos

Os sindicalistas explicaram aos ministros, diretores-gerais e secretários as propostas aprovadas em assembleias pelos servidores, veja abaixo as principais reivindicações

Valorização do vencimento básico

A categoria defende os mesmos índices de reajuste, mas no vencimento básico. Aumento em forma de gratificação é uma armadilha, pois o servidor não a incorpora na aposentadoria.

Contra prêmio por metas

A categoria é contra vincular o salário ao cumprimento de metas institucionais, como a proposta prevê. Isso vai aumentar ainda mais o ritmo de trabalho, favorecer o assédio moral, além de não resolver o problema de morosidade da justiça, que está relacionada à precarização do serviço público.

Defesa da paridade

Garantir a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, mantendo a atual redação do artigo 28 da Lei 11.416/06 (atual PCS).

Em defesa dos agentes de segurança

Os agentes não podem ser discriminados no projeto. Eles têm que receber o aumento igual a toda categoria. A GAS é uma recompensa pela atividade de risco dos agentes de segurança.

Organização sindical

Conselho de Base aprova mecanismos para mobilizar a categoria

Entre as propostas apresentadas está a criação de uma Comissão de Saúde do Trabalhador

A 26ª reunião do Conselho de Base aconteceu neste sábado, dia 03, e teve uma boa participação da categoria e da Diretoria de Base, recém-eleita. Foi debatida, pela manhã, a importância da organização do Sindicato nos locais de trabalho.

"Organizar a categoria no local de trabalho ajudará a criar um sentimento de unidade entre todos os trabalhadores, inclusive com os terceirizados que são o setor mais explorado", disse o palestrante Alex Leme, do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE).

Foi apresentada uma proposta de criação de uma Comissão de Saúde do Trabalhador (Cosat), para verificar as condições de trabalho de cada setor e cobrar soluções dos tribunais.

Uma das formas de limitar a atuação sindical é vinculando a sua estrutura ao aparelho do Estado. E o imposto sindical acaba cumprindo esse papel, pois é um dinheiro que sai do bolso do trabalhador e vai direto para as cúpulas sindicais. Por isso, o Sintrajud e a Conlutas são contra a cobrança desse imposto.

Neste ano, o governo Lula reservou 10% desses recursos (mais de R$130 milhões) às Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB). A Conlutas, por uma decisão interna, será a única que não receberá esses recursos: "Embora fique mais complicado do ponto de vista da organização, a Conlutas continuará independente do governo e do Estado", concluiu Alex.

Foi debatido também a proposta de reajuste salarial da categoria e a necessidade de organizar os servidores para garantir nossas reivindicações.

Foi aprovado também o dia 07 como o dia de paralisação e a participação dos diretores de base nos locais de trabalho para garantir uma forte mobilização nesse dia.

(Cobertura completa da reunião do Conselho de Base em sintrajud.org.br)

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000